

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, março de 2017, número 111. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**Mulheres camponesas em movimento: a experiência do Comitê de Mulheres no Território Rural do Bolsão/MS.**

### ARTIGO DO MÊS

***Nas linhas do território: entre o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário – a inserção do PAA como mecanismo articulador do território na construção da territorialidade camponesa.***

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

**XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)**

La Paz – Bolívia, 26 al 29 de abril de 2017.

**Latin American Studies Association (LASA) – 2017**

**Diálogos de Saberes**

Lima – Peru, April 29 – May 1, 2017.

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe.**

Org.: Ivana Jinkings (Boitempo).

Esta enciclopédia procura dar conta de uma ampla gama de temas e de todos – absolutamente todos – os países e territórios sob ocupação estrangeira da América Latina e Caribe.

Acesso:

<http://latinoamericana.wiki.br/apresentacao>.



**¡Juntos podemos enfriar el planeta!**

Produccion general: Grain y La Via Campesina.

Nuevo video aporta los elementos necesarios para comprender como está impactando este sistema agroindustrial de alimentos en nuestro clima y al mismo tiempo nos cuenta como podemos actuar para cambiar el rumbo y comenzar a enfriar el planeta. Para ver: [https://www.youtube.com/watch?v=5m1\\_WaYG6Ws](https://www.youtube.com/watch?v=5m1_WaYG6Ws).



**PodCast Unesp – Pod Territorial.**

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

### EQUIPE:

*Editoração:* Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

*Revisão:* Juliana G. B. Mota, Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério, Lúcia I. da Silva, Rodrigo S. Camacho e Rodolfo de S. Lima (bolsista FAPESP).

*Coordenação:* Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

## **MULHERES CAMPONESAS EM MOVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO COMITÊ DE MULHERES NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS**

**Clariana Vilela Borzone**

Mestranda em Geografia na UFMS/Três Lagoas, bolsista CAPES  
[clarianavb@gmail.com](mailto:clarianavb@gmail.com)

**Rosemeire Aparecida Almeida**

Profa. Dra. no Curso de Geografia na UFMS/Três Lagoas  
[raaalm@gmail.com](mailto:raaalm@gmail.com)

**Sedeval Nardoque**

Prof. Dr. no curso de Geografia na UFMS/Três Lagoas  
[nardoque@hotmail.com](mailto:nardoque@hotmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

No estado de Mato Grosso do Sul há forte concentração fundiária, resultante do processo histórico, tendo como marco legal a Lei de Terras de 1850, que dificultou o acesso à terra a quem não pudesse pagar, transformando as terras públicas e indígenas em propriedades capitalistas, por meio de titulações, muitas vezes fraudulentas, estabelecendo as bases da desigualdade agrária atual (MELO, 2015).

Também são notórios nesse estado os conflitos entre indígenas e fazendeiros, haja vista a grande população indígena que o habitava, e a maneira com que as terras foram desapropriadas. Por meio de “reservas” criadas pelo Estado brasileiro, populações foram confinadas, principalmente das etnias Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva, e seus territórios indígenas originais transformados em fazendas, conforme apontam Nardoque e Melo (2016, p. 2).

No decorrer do século XX e nas primeiras décadas do XXI, os movimentos de luta pela terra têm buscado diferentes formas de luta para acessar novamente a terra, como a formação de movimentos socioespaciais, pelas manifestações (bloqueios de estradas, ocupações de prédios públicos, etc.) e pelas ocupações de terra, além da retomada dos territórios indígenas tradicionais. Inúmeros conflitos foram e ainda são travados, muitos grupos foram formados, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), maior movimento camponês do Brasil, além dos movimentos indígenas. Por meio da luta e da resistência, como marchas, acampamentos, ocupações, as políticas de Reforma Agrária foram aplicadas, e milhares de famílias puderam voltar a viver legalmente na terra, enquanto outras aguardam e lutam para ter seus direitos atendidos.

Dentro desses movimentos camponeses de luta pela terra - e para nela permanecer, observa-se o crescente protagonismo das mulheres como sujeitos políticos. Tanto nas lutas gerais, como pela Reforma Agrária e por políticas para a agricultura familiar, como em lutas específicas por equidade de direitos de gênero, elas têm se mobilizado e incorporado as pautas feministas como parte do caminho necessário às mudanças sociais (SILIPRANDI, 2009). Há também a adesão de lutas ambientais por vários grupos de mulheres, que se opõem ao uso de agrotóxicos e ao modelo capitalista de produção agrícola, encontrando na Agroecologia uma alternativa viável à produção de alimentos de maneira sustentável, assim como à manutenção dos povos do campo e sua (re)criação, rompendo assim com o patriarcado capitalista.

Em Mato Grosso do Sul, especificamente no Território Rural do Bolsão, acompanhamos nos últimos dois anos a mobilização das mulheres do campo, por meio dos Encontros das Mulheres Camponesas do Bolsão, espaços de discussões políticas e empoderamento feminino que têm suscitado maior integração das mulheres do campo no mencionado território, e elucidado seu protagonismo no processo de permanência na terra e transição agroecológica. O presente texto pretende trazer breves informações acerca desses movimentos.

### **TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO**

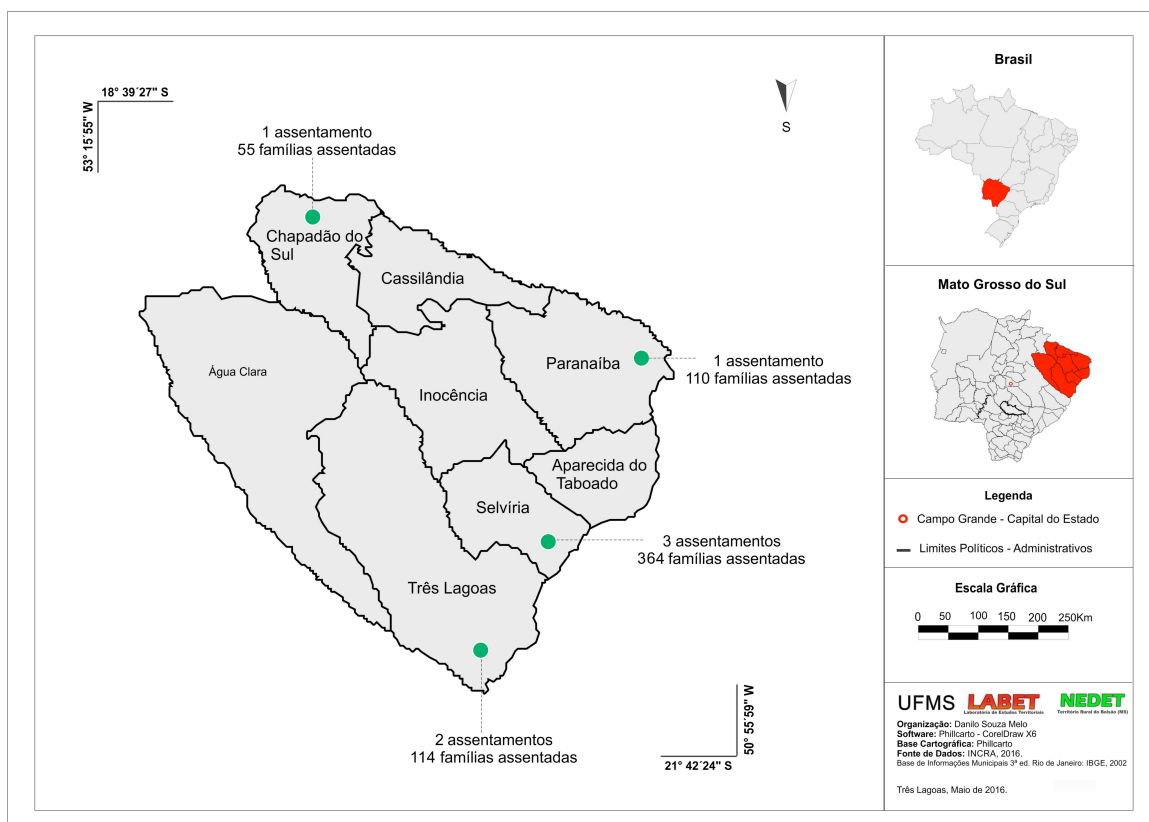
O Território Rural (TR) do Bolsão, localizado em Mato Grosso do Sul, foi criado em novembro de 2013 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Esse território possui 45.929,9 Km<sup>2</sup> e é composto por oito municípios: Três Lagoas, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul, somando uma população de 233.297 habitantes (NARDOQUE, ALMEIDA, 2015).

A estratégia de gestão por meio da abordagem territorial busca conformar a totalidade em determinado território, agregando municípios próximos, com características econômicas, ambientais, socioculturais e políticas em comum, permitindo assim melhor compreensão e ampliação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural no país. Há atualmente, no Brasil, 243 Territórios Rurais, que começaram a ser instaurados em 2003 (CGCON/SDT, 2016).

No TR do Bolsão observa-se grande migração do campo para os centros urbanos nos últimos 30 anos, com apenas 12,38% de sua população definida como rural, em 2010 (IBGE, 2010), em comparação aos 67,59%, em 1980. Apesar disso, a economia deste território se encontra majoritariamente assentada na agropecuária, com forte concentração fundiária e altos níveis de absenteísmo, ou seja, os proprietários rurais vivem em outro município, ou mesmo em outra unidade federativa, diferentes do local da propriedade (NARDOQUE, 2016). Destaque para a criação de gado, principalmente para abate, e, ultimamente, o forte crescimento do setor agroindustrial, com ênfase no complexo celulose/papel nos municípios de Três Lagoas, Selvíria e Água Clara, criando o chamado “vale da celulose” (ALMEIDA, 2010), além do setor sucroalcooleiro em Aparecida do Taboado e Paranaíba, trazendo mudanças marcantes para a paisagem e a economia, tanto urbana como rural. Em todos os municípios, houve redução dos rebanhos bovinos, e substituição destes por monoculturas, principalmente eucalipto, cana-de-açúcar e seringueira.

Tais atividades se caracterizam pela manutenção da estrutura fundiária concentrada e de alta mecanização, reduzindo substancialmente a população rural. Tanto arrendatários como famílias camponesas que trabalhavam em fazendas, se viram expulsas ou expropriadas de suas terras, forçadas a migrar para as cidades em busca de trabalho, ou lutar e resistir em acampamentos na beira da estrada, em condições precárias, como estratégia para pressionar os governos a efetivarem a reforma agrária. Todavia, apesar da luta histórica dos pobres do campo, prevaleceu na região uma estrutura concentrada sustentada na “vocação” pecuarista com solos degradados, logo há somente sete assentamentos de Reforma Agrária no TR do Bolsão (INCRA, 2015). São eles: Pontal do Faia e 20 de Março em Três Lagoas, São Joaquim, Alecrim e Canoas em Selvíria, Serra em Paranaíba, e Aroeira em Chapadão do Sul, identificados os municípios no mapa 1.

Mapa 1 –Território Rural do Bolsão (MS): municípios com projetos de assentamentos rurais.



## GÊNERO E CAMPO

De acordo com Senra *et. al.* (2009), estima-se que um quarto da população mundial seja de mulheres rurais. Elas são responsáveis pelos principais cultivos básicos alimentares – arroz, trigo e milho, que representam até 90% da alimentação nas zonas rurais empobrecidas –, e mantêm grande diversidade de culturas em pequenos espaços de terra.

No Brasil, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA, atual MMC – Movimento de Mulheres Camponesas) surgiu em 1981, no seio da luta de classes, em espaços propiciados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para que camponesas e camponeses pudessem se reunir, pois era o período da Ditadura Militar e os movimentos sociais estavam criminalizados. As mulheres se viram excluídas da participação sindical e questionaram sua exclusão, passando a se organizar para a sindicalização feminina, somando-se assim à luta pela terra e pelos direitos de trabalhadoras como sujeitos políticos, e não somente invisibilizadas no trabalho dentro de casa, naturalizado como o lugar da mulher (BRUNETTO, MARTINS, 2014).

Quanto aos avanços legais, há marcos importantes a serem notados na luta das mulheres do campo, frutos de mobilizações nacionais e articulações de base. A partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a titularidade da terra concedida pelo programa de Reforma Agrária passou a incluir obrigatoriamente o nome do casal, pois até então os lotes eram registrados apenas em nome do marido, assim como a documentação relativa à produção camponesa, e as mulheres muitas

vezes perdiam o direito à terra em caso de falecimento ou abandono do marido, e não podiam acessar créditos rurais independentes de um homem. A partir de 2007, as mulheres responsáveis pelo sustento da família passaram a ter direito preferencial à terra.

### **MULHERES DO CAMPO NO BOLSÃO E A ATUAÇÃO DO NEDET**

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), do Território Rural do Bolsão/MS, se formou a partir de chamada pública do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o MDA, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), no ano de 2014. Pesquisadoras e pesquisadores do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), vinculados ao programa de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas, aprovaram o projeto do NEDET. Assim, tal projeto passou a auxiliar no processo de superação das desigualdades de gênero e renda no território rural em questão (NARDOQUE, 2014).

Ao longo de dois anos de atuação do NEDET, foram promovidas diversas ações, entre elas o levantamento de informações a respeito do Território e da agricultura familiar camponesa nos municípios que o compõem, bem como a organização de reuniões para criar e fomentar o Colegiado Territorial e Núcleo Diretivo do Território, composto de 4 representantes da sociedade civil, e 4 do poder público, de cada um dos municípios. Entre as diretrizes para a formação dessas instâncias, existe a indicação de composição paritária entre homens e mulheres, que embora ainda não esteja consolidada, certamente aponta para mudanças no quadro de participação política das mulheres do Território.

Em 2015, por meio de ações do NEDET, foi criado o Comitê Temático de Mulheres, destinado a reunir as mulheres rurais do Território e aumentar sua mobilização política. Logo, foi organizado o 1º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, em 18 de março de 2016, reunindo mais de 300 mulheres mobilizadas em busca de melhores condições de vida e permanência no campo (Figura 1). A ação foi desenvolvida em parceria com a Secretaria de Educação de Paranaíba e a Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário de Campo Grande/MS (DFDA-MS), e contou com apoio de docentes da UFMS e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que atuam na temática de Reforma Agrária e Gênero, além de discentes e docentes do curso de Especialização em Educação do Campo (Educampo/UFMS), e escolas rurais do município de Paranaíba. As parcerias entre diversas instituições e instâncias da área de Educação demonstraram o papel fundamental desses sujeitos na formação e alteração do Território, cooperando no processo de permanência e (re)criação camponesas, e na luta por igualdades sociais e de gênero (BORZONE, MELO, 2016).

Nesse encontro, foi possível pela primeira vez reunir as mulheres do Bolsão em prol de debates acerca das questões de gênero no campo. Por meio de diálogos, palestras, apresentações culturais e uma Feira dos produtos da agricultura familiar, ilustrando a rica diversidade da produção camponesa no Território, foram levantados problemas específicos da luta pela terra e para nela permanecer, em particular o acesso às políticas públicas voltadas especialmente às mulheres do campo. Contribuiu-se, assim, para o questionamento da invisibilidade do trabalho feminino, problematizando o lugar-comum das mulheres

enquanto “ajudantes do marido” ou “donas de casa” e reforçando sua identidade como agricultoras e/ou camponesas, protagonistas de suas vidas.

Figura 1 – Paranaíba (MS): 1º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão



Foto: Acervo LABET. 18 mar.2016.

Um segundo encontro realizou-se aos 29 de outubro de 2016, no Projeto de Assentamento (PA) Pontal do Faia, localizado no município de Três Lagoas, reunindo cerca de 200 pessoas, mulheres em sua maioria (Figura 2). Notória a presença de um grupo de mulheres da etnia Ofaié, cujo território original compreendia as margens a oeste do Rio Paraná, e outros rios próximos, com áreas coincidentes do que definimos hoje como a região Leste de MS. Essa etnia, outrora organizada em diversos grupos, contando com cerca de dois mil indivíduos no início do século XX, hoje reúne menos de 60 pessoas, agrupadas em uma única aldeia demarcada no município de Brasilândia, após sua dizimação motivada pelas disputas de terra com a oligarquia rural dos séculos XIX e XX. (DUTRA, 2011).

Figura 2 – Pontal do Faia (Três Lagoas): 2º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão.



Foto: Acervo LABET. 29 out.2016.

Em 11 de março de 2017, foi realizado o 3º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, dessa vez no PA São Joaquim, em Selvíria, reunindo cerca de 200 pessoas. Esse terceiro encontro se realizou sem ajuda financeira do Nedet. Paradoxalmente, se por um lado essa impossibilidade de ajuda prejudicou a participação daqueles que precisavam de transporte, por outro, permitiu maior autonomia das camponesas em sua organização, uma vez que criaram novas parcerias locais, em especial com a prefeitura de Selvíria e com a Associação dos Agricultores do Assentamento São Joaquim. Situação que demonstra que a



semente do coletivo, da autogestão e da identidade no Território – construída nos encontros anteriores, têm raiz.

Atualmente o Comitê de Mulheres conta com 30 integrantes, representando seis dos sete assentamentos presentes no TR do Bolsão. A partir dessa conquista, se deram alguns desdobramentos. Em abril de 2016 o Comitê pôde se reunir e eleger democraticamente uma proposta a ser apresentada ao Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF) Mulher, política pública disponibilizada pela primeira vez no Território do Bolsão. O projeto foi aprovado, porém os recursos ainda não foram liberados, sobretudo pelas mudanças ocorridas no Governo Federal, com outras orientações políticas. Outro ganho imediato foi a conquista de um espaço para exposição e comercialização de produtos oriundos das mulheres camponesas do PA Serra, dentro da feira da cidade de Paranaíba, que sediou o primeiro encontro. Em Três Lagoas, uma Feira Agroecológica semanal foi criada em parceria com a UFMS, e é liderada por mulheres assentadas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estado de MS, como fragmento do território capitalista, carrega a marca da questão agrária nacional, qual seja a concentração da terra e da riqueza, bem como a reprodução da estrutura patriarcal vigente, cujos alicerces são construídos nessa propriedade capitalista da terra. Assim como no restante do país, no MS as organizações e movimentos sociais têm uma longa marcha de luta pela terra, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (TRs). As tentativas de romper as cercas do latifúndio no MS, em especial no TR do Bolsão, significou mais que exigir o cumprimento da função social da propriedade, representou o questionamento da aliança do Estado com os grandes proprietários de terra edificada na adoção de um modelo de posse e uso da terra concentrado, cuja pecuária extensiva é a expressão maior.

A implantação de um Território do Bolsão na terra do boi (e agora do eucalipto) soma-se nessa luta para recuperar espaços de resistência cuja lógica de reprodução nega a hegemonia da racionalidade do capital. Estes espaços camponeses, grande parte oriundo da Reforma Agrária, atestam a existência de outros usos no Território cujo cerne é a terra de vida e trabalho.

É nesta luta por emergência social do campesinato que os movimentos feministas, como lutas sociais de contestação das opressões impostas sobre as mulheres, apresentam perspectivas de extrema importância na ressignificação das relações sociais no TR do Bolsão. Na experiência relatada, observa-se que, por meio da parceria entre mulheres nos assentamentos rurais, nas instituições de ensino e nas instâncias governamentais, é possível superar limitações econômicas rumo a auto-organização capaz de respaldar pautas feministas em diferentes esferas (desde o chão do assentamento), estimulando o fortalecimento das lutas como um todo. Cabe lembrar que as dificuldades de participação feminina em espaços de decisões políticas advêm de larga cultura patriarcal, que limita os espaços sociais das mulheres com a divisão sexual do trabalho (CISNE, 2015). No entanto, os movimentos auto-organizados de mulheres – nesta experiência caracterizado como “mulheres em movimento” – são fundamentais para desnudar e romper o *statu quo*, como condição de emancipação para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária no campo e na cidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente - SP, 2003.

\_\_\_\_\_. Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul: sobreposição do uso da terra em relação a outros modos de vida. In: MENEGAT, Alzira S., PEREIRA, Veronica Aparecida (Orgs.). **Movimentos Sociais em redes de diálogos**: assentamentos rurais, educação e direitos humanos. Dourados: UFGD, 2013.

BORZONE, Clariana Vilela; MELO, Danilo Souza. A Formação do Comitê de Mulheres do Território Rural do Bolsão. In: 5º Seminário sobre uso e conservação do Cerrado do Sul de Mato Grosso do Sul. **Anais...** Juti, MS, Julho de 2016.

BRUNETTO, Sarue; MARTINS, Fábio. Movimento das Mulheres Camponesas e sua relação de resistência com a ditadura militar. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis - UFSC, v.8, n.1, p. 105-114, 2014.

CISNE, Mirla. Feminismo e liberdade no campo: a importância da organização política para as mulheres rurais. In: ORLA, Carla et al (org.). **Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O Território Ofaié pelos caminhos da História**. Campo Grande: FCMS/Life Editora, 2011.

MELO, Danilo Souza. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso do Sul (2000 – 2012)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas - MS, 2015.

NARDOQUE, Sedeval. Implantação e manutenção do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS. **Projeto**, Edital CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, CNPq, 2014.

NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** São Cristóvão, SE, 2016.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 97, p. 2-10, jan. 2016.

NARDOQUE, Sedeval; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Território Rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n.85, p. 2-8, jan.2015.

SENRA, Lidia *et al*. **Las mujeres alimentan al mundo**: Soberanía alimentaria en defensa de la vida y el planeta. Barcelona: Entrepueblos-Entrepobles-Entrepobos-Herriarte: 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.